



2016

PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - IFRO

**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A EXECUÇÃO DAS
OBRAS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DO BLOCO B e C NO
CAMPUS VILHENA - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA**



CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO BLOCO B e C NO CAMPUS VILHENA - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Porto Velho
Julho - 2016

ORIENTAÇÕES

Os arquivos contendo os memoriais descritivos, planilha orçamentária e orientações, todos referentes ao objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA, estão à disposição das empresas interessadas na Coordenação de Compras e Licitação – Vilhena em meio digital e deverão ser solicitados por uma das seguintes formas:

- ✓ pelo e-mail campusvilhena@ifro.edu.br ou ccl.vilhena@ifro.edu.br
- ✓ pessoalmente na Coordenação de Compras e Licitação – Vilhena, apresentando um CD-ROM virgem, Pen Drive ou outro meio Digital para serem gravados os arquivos acima referidos.

**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A
EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E
ADEQUAÇÃO DO BLOCO B e C NO CAMPUS
VILHENA - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA**

1 INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência tem por objeto a contratação de Pessoa Jurídica para execução das obras e serviços de engenharia necessários para **as Obras de REFORMA E ADEQUAÇÃO DO BLOCO B e C no Campus Vilhena - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia**, na cidade de Vilhena / RO, com recursos assegurados pela Reitoria do **INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA**, conforme Planilha Orçamentária, Especificações Técnicas, Memorial Descritivo e anexos. Trata-se de licitação na modalidade **REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES – RDC**, do tipo **MAIOR DESCONTO GLOBAL**, sob o **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, modo de **DISPUTA COMBINADO FECHADO/ABERTO**, no valor previsto:

ITEM	OBJETO	VALOR
01	Obra de Reforma e Adequação do Bloco B e C no Campus Vilhena	R\$ 901.868,94
	TOTAL DA LICITAÇÃO	R\$ 901.868,94

Observações:

- O IFRO elaborou o presente Projeto Básico/Executivo, na forma prevista nos artigos 6º. inciso IX e X, e artigo 7.º da Lei 8.666/93 e artigos 5.º, 6.º 7.º e 8.º da Lei 12.462/2011, Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no inciso incisos I e II, do artigo 8. e inciso II do artigo 21 do Decreto 3.555/00 e inciso I e 2. do artigo 9. do Decreto n. 5.450/05, de 31/05/2005.
- Os materiais, equipamentos e serviços necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado são de responsabilidade da Contratada, devendo fazer parte da sua proposta.
- Quando da execução do contrato, os preços dos serviços e materiais/equipamentos não existentes nas planilhas constantes do edital de licitação, porém necessários à execução das obras/serviços de responsabilidade da Contratada, poderão ser orçados pela mesma e previamente submetidos à análise e aprovação pela Diretoria de Engenharia do IFRO, de modo que somente poderão ser executados após autorização da Contratante.
- O IFRO entregará à licitante Contratada, livre de qualquer entrave jurídico, especificamente relativo à questão fundiária, a área onde será executada a obra.

1.1 Fundamento Legal, Forma de Execução da Licitação, Modo de Disputa, Regime de Contratação e Critério de Julgamento

A modalidade de licitação a ser utilizada será o Regime Diferenciado de Contratação - RDC, conforme prevê a Lei 12.462/2011, art. 1, § 3.º, regulamentado pelo Decreto 7.581/2011, § 3.º do art. 14 da Lei n. 12.722, de 3 de outubro de 2012, e, subsidiariamente pela Lei 8.666/93, para obras de engenharia, julgamento das propostas através do maior desconto global e a execução por empreitada por preço Unitário.

Fundamento Legal	: Art. 1º, § 3º da Lei nº 12.462 de 5 de agosto de 2011, incluído através da Lei nº 12.722, de 2012.
Forma de Execução	: Eletrônica
Modo de disputa	: FECHADO/ABERTO – as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e hora designadas para que sejam divulgadas (art. 17 da Lei Nº. 12.462, de 05 de agosto de 2011).
Regime de contratação	: Empreitada por preço Unitário (art. 8º, inciso I, do mesmo artigo da Lei Nº. 12.462, de 05 de agosto de 2011).

1.2 Dotação Orçamentária

Os recursos necessários para a execução das obras licitadas, são provenientes de recursos consignados na Lei Orçamentaria Anual do **Instituto Federal de Rondônia - IFRO**, no valor global **R\$ R\$ 901.868,94 (Novecentos e Um Mil, Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Noventa e Quatro Centavos).**

1.3 Planila de Encargos Desonerada

De acordo com o Inciso IV do Art. 7º da Lei 12.546/2011, incluído pelo Art. 13º da Lei 12.844/2013 e alterado pela Lei 13.161/2015 Art. 7º - A, as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0, contribuirão a alíquota de 4,5% sobre receita bruta em substituição a alíquota de 20% sobre a folha do pagamento. Sobre o assunto, esclarecemos primeiramente quais atividades referem-se aos grupos, do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), citados anteriormente:

412 – construção de edifícios;

432 - instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções;

433 – obras de acabamento;

439 - outros serviços especializados para construção.

Desta forma os serviços deste RDC estão enquadrados nesta desoneração e, por este

motivo, estas considerações foram feitas na elaboração do orçamento, o que pode ser visto no BDI e nos encargos sociais.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Objetivo

O presente TERMO DE REFERÊNCIA tem por objetivo a especificação dos requisitos mínimos, parâmetros e providências que deverão ser adotados por empresas licitantes para apresentação de proposta para execução dos serviços necessários para execução das **Obra de Reforma e Adequação do Bloco B e C no Campus Vilhena**, na cidade de Vilhena - RO, em conformidade com as normas técnicas vigentes e exigências legais cabíveis.

Assim, serão definidos os respectivos escopos, especificações técnicas, natureza, abrangência, cronograma, responsabilidades e atribuições relativas ao objeto do presente Projeto Básico de Engenharia.

2.2 Da Necessidade da Contratação

Mais que um clima agradável, Vilhena atrai moradores pela versatilidade de sua economia e sua localização estratégica. Ladeado ao Sul com Colorado do Oeste, a Oeste com o município de Pimenta Bueno, a noroeste com Espigão do Oeste e a sudoeste com Chupinguaia, também faz fronteira com o Estado do Mato Grosso, ao Norte e Leste. São 11.519 km² de área, divididos entre o bioma amazônico e o cerrado.

Segundo o IBGE, em 2010 a população ultrapassou os 70 mil habitantes, um salto de mais de 20 mil pessoas em relação à contagem do ano 2000. Trata-se de um município jovem, criado pelo artigo 47º da lei n.º 6.448, de 11 de outubro de 1977 com áreas desmembradas dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim.

Embora tenha poucos anos de emancipação, seu papel na economia, na cultura e na educação do Estado de Rondônia e parte do Estado do Mato Grosso tornam Vilhena uma referência. Neste contexto, o Instituto Federal de Rondônia faz parte desta história, sendo mais uma ferramenta de fortalecimento do desenvolvimento do município.

A Chapada dos Parecis constitui um dos principais dispersores de águas do Estado. Ali nascem os tributários dos rios Roosevelt, Aripuanã, Machado, Cabixi e Guaporé, entre outros. Sua base econômica reside no agronegócio, com ênfase na produção pecuária e de grãos. Na pecuária destaca-se o rebanho bovino de corte e leiteiro. No setor industrial, destaque para empreendimentos em madeira, mobiliária, construção, metalúrgica e outras. Além do fortalecimento do setor de comércio e serviços.

O local teve um impulso no crescimento populacional pelo fluxo migratório das regiões sudeste e sul, após a construção da rodovia que interligaria a Região Norte com o resto do País, a BR-364, em 1959, e também pelo fato da região possuir uma grande riqueza de madeira nas matas locais e a existência de um clima saudável.

Conta a história que o município de Vilhena começou com a Comissão Rondon, que abria a picada da linha telegráfica, e chegou à região dos Campos Novos dos Parecis (atualmente Vilhena) no dia 29 de junho de 1909, acampando nas nascentes de um rio que Rondon denominou de Comemoração de Floriano.

Em 12 de outubro de 1911 Cel. Rondon inaugurou a estação telegráfica de Nhambiquara e Vilhena. Em 1912, a Comissão Rondon, passando por aquele local na faina de estender a linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio no Rio Madeira, instalara o posto teleográfico de Vilhena.

Em 01 de abril de 1969 o povoado de Vilhena foi elevado à categoria de subdistrito do Distrito de Rondônia (hoje Ji-Paraná), através do decreto n.º 565, assinado por Luiz Felipe de Azevedo, governador em exercício.

Na área do atual município de Vilhena viviam originalmente os povos Cinta Larga, Tubarão-Latundê (Nambiquara) e Massako. A etnia Cinta Larga habita atualmente a Terra Indígena Roosevelt, localizada na porção norte do município.

Motiva esta administração a execução de tais Obras, a necessidade de Reforma e Adequação dos Blocos B e C, com vistas ao atendimento de suas necessidades prementes, e, visando, sobretudo, gerar condições de trabalho pedagógico como também aumentar a qualidade das atividades desenvolvidas pelo IFRO.

2.3 Da Opção pelo uso do RDC

O IFRO optou pela utilização da modalidade licitatória RDC devido ao fato desta trazer maior celeridade ao processo licitatório. O fato de o RDC ter as fases do processo licitatório invertidas, se comparada às modalidades da Lei 8.666/93, e que ainda possui fase recursal única, que, por si só, reduz os tempos do processo licitatório em pelo menos 15 dias úteis, pesa em favor de tal escolha/utilização. Na prática, podemos observar que a realização do RDC diminuiu o tempo entre a sessão de abertura da licitação e a assinatura do contrato em pelo menos 50% e, em alguns casos, é possível conseguir uma redução ainda maior. Podemos observar ainda que esta redução não se deve apenas a fase recursal única, mas também ao fato de serem abertas primeiramente as propostas de preço e, posteriormente, apenas a habilitação da proposta mais vantajosa.

O Regime Diferenciado de Contratação decorre do fato do empreendimento estar relacionado no âmbito do Sistema Público de Ensino elencado como obra prioritária do Governo Federal, cuja contratação pelo RDC é amparada através do Art. 1º, § 3º da Lei nº 12.462 de 5 de agosto de 2011, incluído através do art. 14 da Lei nº 12.722, de 2012, e, subsidiariamente pela lei 8.666/93. Desta forma o IFRO fica respaldado na sua utilização.

O Decreto que regulamenta o RDC estabelece um elenco a ser seguido pela Administração Pública, a fim de que esta possa definir, de modo preciso e satisfatório, as condições da disputa e do contrato a ser executado.

2.4 Da Opção pelo Uso de Empreitada por Preço Unitário

Será adotado o regime de contratação de Empreitada por Preço Unitário conforme previsto no art. 8º alínea I, e 13º da Lei 12.462/11 c/c artigos 13º, 23º e 24º do Decreto 7.581, 2011.

A escolha do regime de execução da obra não é decisão de livre arbítrio do gestor, visto que deve ser pautada pelo interesse público e estar sempre motivada, pois impactará as relações entre contratado e contratante, as medições do contrato firmado, seus aditivos, entre outros fatores relacionados à gestão do empreendimento contratado. Decorre desse entendimento a constatação de que não existe, em tese, um regime de execução melhor que

outro, e sim um regime que, no caso concreto, melhor atende ao interesse público. (TCU, 2012: 76 – sublinhamos)

Neste sentido outros motivos também influenciaram para escolha do regime:

- Ser esse o regime empregado mais freqüentemente na realização de obras cujas quantidades dos serviços e dos materiais relativos às parcelas de maior relevância e de valor significativo estão sujeitas a alterações e variações face à natureza e a complexidade de cada obra;
- Recomendado para obras de reforma, ampliações e serviços de engenharia. Obras de reforma e ampliações possuem, durante sua execução, alterações devido a interferências e dificuldades operacionais, somente constatadas durante sua execução, impossibilitando o estabelecimento de preço certo e total como prevê a definição de empreitada por preço global (Lei 8.666/93, art. 6º, VII-a), bem como fica dificultado o total e completo conhecimento do objeto licitado, através de projeto básico, conforme disposto no art. 47 da Lei nº 8.666/93, pelo que entendemos que obras de reformas e ampliações devem ser executadas em regime de empreitada por preço unitário, para que possam ser medidos e efetivamente pagos os quantitativos realmente executados.
- Maior controle dos serviços efetivamente executados, por tanto os pagamentos são realizados apenas das parcelas executadas.
- Pelos motivos citados acima, será mais interessante contratar “a execução da obra ou serviço por preço certo de unidades determinadas”, como traz a definição expressa do art. 6º da LLC, quando a Administração souber exatamente o que ela quer (aspecto qualitativo), identificando precisamente o objeto, mas não puder precisar a quantidade necessária (aspecto quantitativo) para o atendimento de suas necessidades.

2.5 Do Não Parcelamento

O objetivo maior do presente Projeto Básico de Engenharia é que o objeto a ser licitado seja satisfatoriamente atendido pelo vencedor do certame. Do ponto de vista da eficiência técnica a licitação por meio de lote único é mais satisfatória, principalmente para se manter a qualidade do empreendimento, uma vez que o gerenciamento, o controle e a fiscalização das atividades fornecidas, ocorrem com um único contratado.

A Lei Geral das Licitações e Contratos da Administração Pública, nº. 8.666/93, realmente prevê que os serviços sejam licitados em tantas parcelas quanto necessárias, porém, igualmente estabelece essa obrigatoriedade quando o fato se comprovar **técnica e economicamente viáveis**, *in verbis*:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

§ 1o As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor

aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. (grifo nosso).

Nesse sentido podemos citar Jurisprudência do TCU, *in verbis*:

“O § 1º do art.23 da Lei nº 8.666/93 estabelece a possibilidade de a Administração fracionar o objeto em lotes ou parcelas desde que haja viabilidade técnica e econômica. Nos termos do § 2º, o fracionamento da contratação produz a necessidade de realização de diversas licitações. O fundamento do parcelamento é, em última instância, a ampliação da competitividade que só será concretizada pela abertura de diferentes licitações. Destarte, justifica-se a exigência legal de que se realize licitação distinta para cada lote do serviço total almejado” (Acórdão nº 2.393/2006. Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler). (Grifo nosso).

A obrigatoriedade do fracionamento respeita limites de **ordem técnica e econômica**. Não se admite o parcelamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável. O parcelamento em lotes deve **respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado**. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória.

O Instituto Federal de Rondônia está contratando obras e serviços de engenharia necessários para a execução das Obras de Reforma e Adequação dos Blocos B e C, localizada na Cidade de Vilhena - RO, visando o atendimento as metas de expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia firmado com o Ministério da Educação.

A dinâmica que se busca na prestação do objeto licitado sem o parcelamento, tem o intuito de se alcançar uma maior interação entre as partes contratantes, para que os cronogramas de execução sejam devidamente respeitados, principalmente a concentração da responsabilidade por eventuais danos, armazenamento, possíveis defeitos de fábrica, manuseio dentro do Canteiro de Obra, carregamento, transporte e descarregamento no local de aplicação.

Com relação ainda a viabilidade econômica da aquisição dos equipamentos/materiais dentro do escopo da obra, haverá a garantia do cumprimento do cronograma de execução, pois possibilitará a sincronia entre o fornecimento e efetiva aplicação do mesmo, o que desonerará a obra evitando-se a realização de aditivos de prazo. Ressalta-se, no entanto, que Administração Pública tem o dever de sempre zelar pela economicidade de suas contratações, respaldado sempre na maior competitividade dos certames licitatórios.

Buscando tal intuito, esta Administração Pública não afasta a economicidade do presente certame licitatório, pois adota BDI diferenciado, ou seja, reduzido para a parcela referente à aquisição de equipamentos e/ou materiais em relação ao praticado para os demais itens de serviços de obras civis.

2.6 Da Forma de Execução

A Administração Pública optou pela forma de execução Eletrônica ante as peculiaridades dos objetos não serem tão relevantes, visando à escolha da opção mais adequada e da melhor proposta para a execução deste em linha com os princípios da economicidade e da vantajosidade.

3. LOCAL DOS SERVIÇOS

3.1.1 As obras e serviços necessários para a **Obras de Reforma e Adequação do Bloco B e C no Campus Vilhena / IFRO** estão situados na Rodovia 174 – Km 3 – Zonar Urbana - da cidade de Vilhena/RO.

3.2 Mapa de Localização



Figura 1 - Localização do município de Vilhena/RO

4. TERMINOLOGIA

Neste Projeto Básico são utilizados os termos e expressões relacionadas a seguir, com os seguintes significados e interpretações retirados da literatura técnica:

- | | |
|-----------------------|---|
| • MEC | : Ministério da Educação; |
| • SETEC | : Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; |
| • IFRO | : Instituto Federal de Rondônia; |
| • CERON | : Centrais Elétricas de Rondônia; |
| • CREA | : Conselho Regional de Engenharia e Agronomia; |
| • ELETROBRÁS | : Concessionária de Eletricidade a nível Nacional; |
| • ABNT | : Associação Brasileira de Normas Técnicas; |
| • SINAPI | : Sistema Nacional de Pesquisa e Custos e Índices de Construção Civil; |
| • Projeto Básico (PB) | : Documento apresentado quando o objeto do contrato envolver a aquisição de bens ou prestação de serviços, que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação pela Administração, diante do orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos e o prazo de execução do objeto. |

5. NORMAS DE REFERÊNCIA

Todos os documentos norteadores do projeto são abordados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e literatura especializada (PINI), seja para desenvolvimento da arquitetura, sejam para os demais projetos complementares. Cito os principais manuais de consulta:

NBR 05626/98 - Instalação Predial de Água Fria.
NBR 08160/99 - Sistemas Prediais de Esgoto Sanitário - Projeto e Execução.
NBR 09077/01 - Saídas de Emergência em Edifícios.
NBR 05410/05 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão.
NBR 05413/92 - Iluminação de Interiores.
NBR 05419/01 - Proteção de Estruturas Contra Descargas Atmosféricas.
NBR 06122/96 - Projeto e Execução de Fundações.
NBR 06118/07 - Projeto de Estrutura de Concreto.
NBR-13532/95 - Elaboração de projetos de edificações – Arquitetura.
NBR 09050/04 - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário.

6. CONDIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO E DA PROPOSTA

6.1 Da Participação

6.1.1 Poderá participar desta Licitação toda e qualquer empresa individual ou sociedade regularmente estabelecida no país, que seja especializada no objeto da licitação, e que satisfaça a todas as exigências deste Projeto Básico, Projetos de Engenharia, Especificações e Normas, e que possuam no seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Acervo Técnico por execução **de obras ou serviços públicos Educacionais de características semelhantes ao objeto da licitação.**

6.1.2.1 Não será permitida a participação de empresas em consórcio neste certame.

6.1.3 Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação:

6.1.3.1 Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

6.1.3.2 Empresa suspensa de licitar e contratar com o Governo Federal.

6.1.3.3 Empresa com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.1.3.4 Empresa submissa a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução.

6.1.3.5 Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Projeto Básico.

6.1.3.6 Pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto seja administrador, sócio com mais de

cinco por cento do capital volante, controlador, gerente, responsável técnico ou subcontratado.

6.1.3.7 Servidor público ou ocupante de cargo em comissão no Órgão responsável pela licitação.

6.1.3.8 Para fins do disposto nos subitens 6.1.3.6 e 6.1.3.7 do subitem 6.1.3, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimento e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

6.1.3.9 Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

6.1.3.10 Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98.

6.1.4 No presente feito licitatório somente poderá se manifestar, em nome da licitante, a pessoa por ela credenciada.

6.1.4.1 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma licitante nesta licitação, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

6.1.5 A participação na licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes no Edital e Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

6.2. Da Proposta

6.2.1 Poderão participar da presente licitação, somente empresas que apresentarem condições específicas relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e que apresentem, na data prevista para a entrega da proposta, **profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, com o qual possua vínculo jurídico, detentor de Acervo Técnico por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto da licitação, e que atendam a todas as condições mínimas de qualificação exigidas neste Termo de Referência e Edital na data do recebimento das propostas.**

6.2.2 Com vistas a obter subsídios para elaboração de suas propostas, é facultada aos licitantes, até o **segundo dia útil anterior** ao da abertura do Certame, a realização de visita técnica para inspeção e vistoria dos locais onde serão executados as **Obra de Reforma e Adequação do Bloco B e C no Campus Vilhena**, na cidade de Vilhena - RO. Nesse sentido, os interessados poderão contatar, em dias úteis, a Diretoria de Planejamento e Administração do Campus, localizada no município de Vilhena - RO, por meio do telefone (69) 2101 0700, ou no horário das 08:30 às 11:00 horas e das 14:30 às 17:00 horas e programar as visitas.

6.2.3 Todas e quaisquer despesas e custos oriundos da realização da Visita Técnica correrão única e exclusivamente a expensas das empresas licitantes.

- 6.2.4 A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo, neste caso, necessário apresentar, com a Documentação de Habilitação, declaração formal assinada pelo responsável técnico, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração. Aos licitantes que comparecerem à Visita Técnica será fornecido atestado a ser juntado à Documentação de Habilitação, nos termos do Inciso III, do Artigo 30, da Lei Nº. 8.666/93 de 21/06/93.
- 6.2.5 As obras e os serviços a serem executados pela Contratada se encontram especificados no Termo de Referência, parte integrante deste Projeto Básico de Engenharia, que demonstram a visão global dos investimentos necessários e as definições quanto aos níveis de serviço que deverão ser atendidos.
- 6.2.6 A proposta deverá conter todo e qualquer custo que se fizer necessário para a execução dos serviços (Locações de equipamentos, encargos trabalhistas, horas-extras, recomposição das áreas danificadas na execução dos serviços, limpeza durante a execução dos serviços, limpeza final, remoção do material excedente; encargos sociais; BDI; etc.).
- 6.2.7 A proposta deverá também conter: Prazo de entrega dos serviços; Prazo de validade da proposta, Valor Global da proposta, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico – Financeiro e Composições de Custos Unitários, BDI e Encargos Sociais em formato analítico e sintético.
- 6.2.8 A Planilha Orçamentária, baseada nos projetos, especificações técnicas e exigências constantes deste Projeto Básico, deverá conter:
- a) Unidade, Quantitativos, Preços Unitários, Subtotais e Totais;
 - b) Especificação clara dos serviços a serem executados;
 - c) Nos preços unitários propostos e apresentados na Planilha Orçamentária deverão estar computadas todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações, etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços;
 - d) Será exigida das proponentes a apresentação de:
 - d₁) Composições unitárias de custos de todos os itens, cujo valor de cada item deverá ser idêntico ao lançado na Planilha Orçamentária apresentada pela licitante;
- 6.2.9 O Cronograma Físico-Financeiro deverá conter a distribuição das etapas ou serviços ao longo do prazo de execução, valores da etapa de execução ao longo do tempo, percentuais parciais e percentuais acumulados e acumulados mensais e acumulado geral.
- 6.2.10 O BDI a ser utilizado não poderá apresentar índice superior àquele praticado pelo IFRO e recomendado pelo Tribunal de Contas da União através do Acórdão 2622/2013. Os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo por se constituírem tributos de natureza direta e pessoalística.

- 6.2.11 O BDI deverá ser diferenciado, sendo no máximo **10,91%** (Dez inteiros e Noventa e um Centésimos por centos) **para a aquisição de bens e equipamentos**, contemplando apenas o lucro operacional sobre os custos diretos, conforme recomendações do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2622/2013).
- 6.2.12 O BDI deverá ser diferenciado, sendo no máximo **28,46%** (Vinte e Oito Inteiros e Quarenta e Centésimos por Centos) **para os serviços**, contemplando apenas o lucro operacional sobre os custos diretos, conforme recomendações do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2622/13).
- 6.2.13 Os custos de administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;
- 6.2.14 No caso de serviços novos, aditivados após assinatura do Contrato, o BDI adotado será o menor comparado entre o BDI da Contratante e o BDI apresentado na proposta pelo licitante.
- 6.2.15 As Leis Sociais serão de no máximo **92,16%** (Noventa e um, virgula zero quatro por cento) **para o Horista** e **51,64%** (Cinquenta virgula Noventa e Seis por cento) **para o mensalista**, conforme Lei nº 12.844 de 19 de Julho de 2013, que trata da desoneração da folha de pagamento.
- 6.2.16 Os encargos sociais devidos deverão obedecer à legislação vigente, devendo ser consideradas as taxas de leis sociais e riscos do trabalho (Previdência Social; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; Salário – Educação; Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Seguro contra os acidentes de trabalho (INSS); Repouso Semanal e Feriados; Auxílio – Enfermidade; Licença – Paternidade; 13º Salário; Dias de Chuva, faltas justificadas na obra, outras dificuldades, acidentes de trabalho, greves, falta ou atraso na entrega de materiais ou serviços; Depósito por despedida injusta; Férias (indenizadas); Aviso Prévio (indenizado); Equipamentos de Proteção Individual; Seguro de Vida e acidentes em grupo; Refeições; Vale Transporte), calculadas de modo a exprimir suas incidências e reincidências, e de acordo com as unidades praticadas nas composições de custos unitários, considerando-se a execução da Obra na cidade de **Vilhena - RO**
- 6.2.17 As planilhas de preços e cronograma de execução do objeto desta licitação, constantes da proposta comercial, deverão estar rubricadas e assinadas por representante legalmente credenciado com registro atualizado no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia (CREA), observado o contido na Lei nº. 5. 194, de 24.12.66 e nas resoluções nº 218/73 e 282/83 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA).
- 6.2.18 Os preços total e unitário propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.2.19 A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

- 6.2.20 Para efeito de avaliação da economicidade da proposta, o valor máximo que o Instituto Federal de Rondônia admite pagar para a execução dos serviços objeto desta licitação, é o global previamente estimado.
- 6.2.21 **Os preços unitários máximos que Instituto Federal de Rondônia admite pagar para a execução do objeto desta licitação são os definidos em seu orçamento de referência, constituindo motivo de desclassificação da proposta a apresentação de valores superiores ou quantitativos inferiores ou superiores aos previstos na planilha orçamentária.**

7. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Elementos Disponíveis para Consulta

- 7.1.1 As licitantes deverão ter pleno conhecimento da obra a ser executada e dos materiais a serem fornecidos, a fim de cientificarem-se de todos os seus detalhes técnicos e construtivos.
- 7.1.2 Os aspectos com os quais as Licitantes não concordarem tecnicamente, julgarem duvidosos, dando margem à dupla interpretação, ou omissos nos Projetos e nas Especificações Técnicas constantes neste Termo de Referência, deverão ser apresentados à Comissão de Licitação e elucidados antes da licitação.
- 7.1.3 Além dos dados contidos neste Termo de Referência, a Contratante disponibilizará informações complementares para pesquisa, de ordem administrativa, comercial e operacional caso sejam consideradas essenciais para a formulação da proposta comercial, não sendo aceito pedido de adiamento da licitação decorrente de alegação de imprecisão ou insuficiência de dados dos elementos requeridos pelas Contratadas para pesquisar.

7.2 Condições Mínimas para a Execução dos Serviços

- 7.2.1 A Contratada deverá atender aos requisitos especificados no presente Projeto Básico de Engenharia, em seus Anexos de forma a garantir a conclusão das **Obras de Reforma e Adequação do Bloco B e C no Campus Vilhena / IFRO**, na cidade de Vilhena - RO
- 7.2.2 A Contratada deverá executar as obras e serviços em conformidade com os projetos Básicos/Executivos de engenharia disponibilizados pelo IFRO e observar as especificações de serviços e materiais, bem como o cronograma físico-financeiro estabelecido.
- 7.2.3 As obras e serviços apenas poderão ser iniciados após apresentação pela Contratada e aprovação pela DEINF dos planos de trabalho detalhados e após a emissão das respectivas ordens de serviço.
- 7.2.4 A Contratada deverá alocar mão-de-obra, equipamentos e demais recursos necessários à realização das obras e serviços de acordo com as características de cada objeto.

7.3 Das Alterações Contratuais

- 7.3.1 As alterações no valor deste CONTRATO (TERMO DE REFERÊNCIA/EMPENHO) obrigam a CONTRATADA a aceitar pelos mesmos preços e nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões do objeto do contrato, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 que se fizerem

necessárias, no decorrer da vigência do Contrato, do presente, até o limite máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor global do contrato para construção, e até o limite máximo de **50% (cinquenta por cento)** do valor global do contrato para reforma;

- 7.3.2 Identificada à necessidade, a Comissão de Fiscalização do IFRO solicitará ao Diretor da unidade, autorização para proceder à reserva orçamentária do valor correspondente;
- 7.3.3 Após, encaminhada ao Controle Interno e Procuradoria Jurídica, a fim de verificar o percentual a ser adquirido bem como a manutenção da contratação quanto à regularidade fiscal;
- 7.3.4 Aprovada, será procedido ao correspondente empenho, que deverá ser entregue formalmente a CONTRATADA, a fim de que a mesma atenda no prazo do item 8, do presente.

7.4 Da Prorrogação do Contrato

7.4.1 O contrato poderá ser prorrogado, desde que solicitado à contratante, no prazo de **30 (trinta)** dias antecedentes ao final da vigência do contrato, comprovada a justa causa ou motivo de força maior, atendendo os preceitos do art. 57, da Lei 8.666/93.

7.4.2 Caso a empresa venha solicitar prorrogação de prazo de execução do cronograma físico-financeiro o mesmo somente poderá sofrer alguma alteração desde que seja elaborada uma justificativa que seja plausível de ambas as partes, sendo da empresa deverá ser devidamente acatada pelos fiscais e o mesmo deverá ser encaminhado ao ordenador de despesas para o devido autorizo do gestor e parecer jurídico quanto da legalidade.

8. DOS PRAZOS

8.1 Prazo para Execução e Vigência

- 8.1.1 Todos os prazos informados no presente Termo de Referência, a menos que explicitamente indicados, entendem-se como estabelecidos em dias consecutivos.
- 8.1.2 Os prazos máximos de vigência e execução do contrato se darão da seguinte forma:

ITEM	OBJETO	EXECUÇÃO	VIGÊNCIA
01	Obras de Reforma e Adequação do Bloco B e C	180 dias	285 dias

- 8.1.3 O prazo previsto no item 8.1, poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela administração do IFRO.

9 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Direitos

9.1.1 Constituem direitos da Contratada perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

9.2 Obrigações

9.2.1 Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a Contratada se obrigará:

9.2.1.1 Prover os materiais necessários à execução das obras e serviços previstos neste Projeto Básico, acondicionando-os de forma a preservar sua qualidade;

9.2.1.2 Prover os equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços previstos neste Projeto Básico, efetuando sua manutenção de forma a garantir a sua plena funcionalidade;

9.2.1.3 Prover as instalações administrativo-operacionais que atendam ao dimensionamento de efetivo próprio e de terceiros, equipamentos e materiais previstos para a realização dos serviços que constem da planilha de serviços do presente Projeto Básico;

9.2.1.4 Prover a manutenção de depósitos e almoxarifados de materiais e de equipamentos até a conclusão e aceite pelo do IFRO das obras e serviços, bem como a respectiva desmobilização, após a conclusão e aceite pelo do IFRO das obras e serviços;

9.2.1.5 Manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, telas, etc., com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa;

9.2.1.6 A execução de serviços será realizada durante o horário comercial, sendo que, quando necessários serviços além jornada, para cumprimento do cronograma ou em função das condições de trânsito, clima e outras intercorrências, não implicarão em ônus para a contratante.

9.2.1.7 Manter o Diário de Registro de Obra devidamente atualizado;

9.2.1.8 Não sub-contratar na totalidade os serviços contratados, devendo utilizar na obra seus próprios funcionários devidamente registrados em CTPS;

9.2.1.9 Poderão ser sub-contratados alguns serviços com à prévia autorização da Comissão de Fiscalização do IFRO, homologados por essa, limitados à 30% do valor da obra;

9.2.1.10 Usar material normatizado e de boa qualidade para a realização dos serviços;

9.2.1.11 Recolher Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao CREA/RO, referente a todos os serviços de engenharia;

9.2.1.12 Não prejudicar o fluxo de pedestres e veículos, exceto quando da impossibilidade de realizá-los sem tal prejuízo;

9.2.1.13 Serão de inteira responsabilidade da contratada as despesas com pessoal, impostos, alimentação, transporte, material, etc.;

9.2.1.14 Observar rigorosamente o cronograma de execução ou outras condições estabelecidas entre as partes;

9.2.1.15 Os serviços deverão seguir na íntegra os memoriais descritivos e projetos que fazem parte deste certame;

9.2.1.16 Realizar os controles tecnológicos e ensaios de cada serviço pertinente, como, fornecimento de concreto, de solos, das peças de estrutura metálica, teste de carga, entre outros exigidos em norma;

9.2.1.17 Providenciar banheiro, almoxarifado, refeitório ou o que se fizer necessário para a realização dos serviços;

9.2.1.18 Comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade detectada;

9.2.1.19 Acatar as determinações do fiscal do contrato.

9.2.19.1 Caso entenda haver ilegalidade em qualquer determinação da fiscalização, a contratada deverá de imediato, requerer por documento formalizado, apresentando suas razões de divergência, promovendo sua apreciação pela autoridade responsável pelo órgão contratante para fins de decisão.

9.2.1.20 Verificar com a Fiscalização, local para descarte do material escavado ou outro material, de grande volume, que for necessário estocar;

9.2.1.21 Os locais onde serão realizados os serviços deverão ser entregues limpos, sem material excedente e bem sinalizados, pronto para o uso público;

9.2.1.22 As frentes de serviço deverão ser concluídas e limpas antes da abertura de nova frente;

9.2.1.23 Deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2.1.24 Deverá apresentar durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais e assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

9.2.1.25 Manter os seus funcionários equipados com os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC's durante todo o período de trabalho, principalmente uniformizados e identificados

9.2.1.26 Responder, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeição das obras e serviços por ela executados, de acordo com a sua proposta e com integral observância do contrato, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pelos mesmos;

9.2.1.27 Executar as obras e serviços objeto deste Termo de Referência em conformidade com o respectivo planejamento, normas e especificações técnicas e, ainda, com as instruções emitidas e com os projetos executivos aprovados pelo IFRO.

9.2.1.28 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as obras ou serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, de acordo com o Artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

9.2.1.29 A responsabilidade pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de responsabilidade objetiva, culpa ou dolo durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, de acordo com o Artigo 70 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

9.2.1.30 Atender, prontamente, quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do presente Projeto Básico e respectivo Edital, sem ônus para o IFRO;

9.2.1.31 Manter um preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato (art. 68 da Lei 8.666/93);

9.2.1.32 Ser responsável pelas providências administrativas relativas ao deslocamento de seus prepostos, terceirizados e outros encargos;

9.2.1.33 Providenciar o fornecimento de roupas adequadas ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados;

9.2.1.34 Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, correndo por sua exclusiva conta todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária e civil, apresentando, ainda, ao IFRO, quando solicitado, a relação atualizada desse pessoal;

9.2.1.35 Cumprir rigorosamente as Normas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, emanadas da legislação pertinente;

9.2.1.36 Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução dos serviços que o IFRO julgar necessário;

9.2.1.37 Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição dos serviços pela fiscalização do IFRO e pelos atrasos acarretados por esta rejeição, bem como por qualquer multa a que vier a ser imposta pelo IFRO, de acordo com as disposições do contrato;

9.2.1.38 Facilitar o pleno exercício das funções da fiscalização;

9.2.1.39 Responsabilizar-se, durante a execução dos serviços contratados, por qualquer dano que, direta ou indiretamente, ocasionar a bens da Secretaria Executiva ou sob sua responsabilidade ou ainda de terceiros;

9.2.1.40 Substituir os serviços, quando rejeitados, dentro do prazo estabelecido pela fiscalização do IFRO;

9.2.1.41 Sendo necessário refazer o serviço, a Contratada fica obrigada a realizá-lo nas condições contratadas, correndo por sua conta as respectivas despesas. Deixando a Contratada de refazê-lo, O IFRO poderá contratar terceiro para executar o serviço, reconhecendo a Contratada sua responsabilidade pelo respectivo pagamento, sem que tenha direito a reembolso. A contratada será cientificada do ocorrido, tendo um prazo de 3 (três) dias para se manifestar, passado o prazo estipulado sem que ocorra nenhuma manifestação significará a concordância da contratada;

9.2.1.42 Evitar situações que gerem inquietação ou agitação na execução dos serviços, em especial as pertinentes a atraso de pagamento do seu pessoal ou contratados;

9.2.1.43 Manter, durante a vigência do presente instrumento, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe de técnicos;

9.2.1.44 Aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, dentro do limite permitido em lei;

9.2.1.45 Respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, a legislação e posturas municipais sobre execução de serviços/obras em locais públicos;

9.2.1.46 Atender fielmente as especificações dos materiais constantes neste Termo de Referência, bem como, as condições de pagamento e garantia;

9.2.1.47 Realizar, excepcionalmente, a substituição de profissionais por outros de experiência equivalente ou superior, desde que submetida, em tempo hábil, para a competente aprovação do gestor do contrato e ratificação pelo seu superior;

9.2.1.48 Executar os serviços em conformidade com a proposta aprovada e qualquer outra evidência que seja exigida no contrato;

9.2.1.49 Preservar o domínio, não divulgar, nem permitir a divulgação, sob qualquer hipótese, das informações a que venha ter acesso em decorrência dos serviços realizados, sob pena de responsabilidade civil e criminal;

9.2.1.50 Após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART da empresa/do responsável pela obra, no CREA da região onde os serviços serão realizados, entregando uma via ao IFRO;

9.2.1.51 Manter no Canteiro de Obras a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da empresa/do responsável pela obra;

9.2.1.52 Informar, por escrito, ao IFRO, as interferências com as concessionárias e/ou outros órgãos envolvidos na realização dos serviços/obras, constando as providências tomadas pela mesma para regularização das pendências;

9.2.1.53 Fornecer os materiais novos e de primeiro uso e em perfeito estado de funcionamento e conservação, responsabilizando-se por quaisquer danos que por ventura possam ocorrer decorrente de mau acondicionamento e transporte e ser entregue o respectivo certificado de garantia emitido pelo fabricante;

9.2.1.54 Ser responsável pela substituição imediata dos materiais que por ventura apresentarem qualquer tipo de falha no seu funcionamento dentro do prazo de garantia, sem ônus para o Contratante, por outros iguais ou de tecnologia superior, neste caso, desde que a Contratada apresente para aprovação da Contratante o novo material a ser substituído;

9.2.1.55 A permitir a qualquer momento o acesso dos órgãos de controle externo e interno da administração a seus documentos contábeis, fiscais, trabalhistas, financeiros e outros que se fizer necessário;

9.2.1.56 Caso houver viabilidade utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

9.2.1.56.1 manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

9.2.1.56.2 supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

9.2.1.56.3 florestas plantadas; e;

9.2.1.56.4 outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.2.1.57 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.2.1.58.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

9.2.1.58.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.2.1.58.2.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

9.2.1.58.2.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

9.2.1.58.2.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação):

deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.2.1.58.2.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.2.1.58.3 Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

9.2.1.58.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.2.1.58 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.2.1.59.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

9.2.1.59.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – *Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade*, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – *Níveis de Ruído para conforto acústico*, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

9.2.1.59.3 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

9.2.1.59 Além das hipóteses previstas na legislação e nas normas aplicáveis, a Contratada será responsável, ainda:

9.2.1.59.1 Pela inexecução, mesmo que parcial, dos serviços contratados;

9.2.1.59.2 Perante ao IFRO ou terceiros, pelos danos ou prejuízos causados, por ação ou omissão, erro ou imperícia, vício ou defeito, na condução ou execução dos serviços objeto do contrato;

9.2.1.59.3 Pelo eventual acréscimo dos custos do contrato quando, por determinação da autoridade competente e motivada pela Contratada, as obras e serviços forem embargadas ou tiverem a sua execução suspensa.

9.2.1.60 Ao término dos serviços a empresa contratada deverá comunicar ao fiscal do contrato para recebimento dos serviços contratados;

9.2.1.61 Comunicar a conclusão dos serviços de cada solicitação, observando os prazos estabelecidos no respectivo cronograma;

9.2.1.62 A Contratada deverá comunicar a comissão de fiscalização, para o recebimento provisório dos serviços contratados, ficando o recebimento definitivo a cargo do IFRO. Sendo a comissão de recebimento provisório e definitivo composta por no mínimo 2 (Dois) membros, sendo os prazos os previstos na Lei nº. 8.666 de 21/06/93.

9.2.1.63 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

10. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Direitos

10.1.1. Constituem direitos da Contratante, receber o objeto deste contrato nas condições avençadas.

10.2. Obrigações

10.2.1. Além daquelas constantes no Termo de Referência e daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a Contratante se obrigará:

10.2.1.1 Realizar a fiscalização, rejeitando, quando necessário, os serviços em desacordo com as especificações técnicas, Normas Técnicas da ABNT ou com imperfeição;

10.2.1.2 Vistoriar e atestar o fornecimento dos materiais objeto deste Termo de Referência;

10.2.1.3 Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento das obras e serviços executados, medidos e aceitos;

10.2.1.4 Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à Contratada o direito de solicitar da fiscalização, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas;

10.2.1.5 Notificar, por escrito, a Contratada, dos defeitos ou irregularidades verificados na execução das obras ou serviços, fixando-lhe prazos para sua correção;

10.2.1.6 Notificar a Contratada, por escrito, da aplicação de multas, de débitos e da suspensão da prestação de serviços;

10.2.1.7 Realizar a medição das obras ou serviços executados;

10.2.1.8 Efetuar à Contratada os pagamentos das obras ou serviços executados e efetivamente medidos e faturados, nas condições estabelecidas no contrato;

10.2.1.9 No exercício de suas atribuições, fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso ao "local de execução dos serviços", bem como a todos os elementos de informações relacionados com as obras/serviços pela mesma, julgados necessários.

10.2.1.10 Fornecer à Contratada os Projetos e Especificações Técnicas das obras, materiais e equipamentos constantes neste Projeto Básico;

10.2.1.11 É compromisso do **CONTRATANTE**, o fiel cumprimento das obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas e ainda a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial da União.

11. GARANTIA CONTRATUAL

11.1. A Contratada deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, na forma da Lei, em até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do Contrato e prazo de vigência não inferior ao do contrato, sob pena de aplicação das cominações previstas neste instrumento.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Todos os trabalhos terão constante acompanhamento e fiscalização do INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA, através de no mínimo, **02** (dois) fiscais do IFRO ou prepostos qualificados tecnicamente, devidamente designados para este fim, de forma a constatar se os serviços estão de acordo com as necessidades e exigências contidas dentro do Termo de Referência e Cronograma Físico-financeiro.

12.2 A equipe de fiscalização deverá fazer minucioso acompanhamento de execução e se detectado algo imprevisível ou em desacordo com o projeto ou planilha licitado, os mesmos deverão se manifestar a qualquer momento para a Diretoria de Engenharia ou o Gestor do Contrato do IFRO para solicitar o de acordo ou autorizo do Ordenador de Despesas e ciência da Assessoria Jurídica, ocorrendo antes, durante e após a execução total ou parcial da obra até a emissão do termo de entrega definitivo expedido por este Instituto

12.3 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade do IFRO ou de seus agentes e prepostos, em consonância com os artigos 69 e 70 da Lei 8.666/93.

- 12.4** O IFRO se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o estipulado nos documentos contratuais e nas normas e especificações.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

13.1 O inadimplemento por parte da **CONTRATADA** de quaisquer das disposições contidas neste edital e no contrato, implicará na sua rescisão ou na suspensão do pagamento relativos aos serviços já executados, a critério do **CONTRATANTE**, independentemente de qualquer procedimento judicial, sem prejuízo das penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93 e do Decreto 12801/2007 (Cadastro de Inadimplência do Departamento de Obras e Serviços Públicos – CINAD).

13.1.1 Retardar injustificadamente o início dos trabalhos por mais de 10 (dez) dias, da data do recebimento da Ordem de Serviços, autorizando o início dos mesmos;

13.1.2 Interromper os serviços por mais de 10 (dez) dias consecutivos, sem justo motivo;

13.1.3 Ocasionar atraso de mais de 30 (trinta) dias na entrega da obra, salvo conveniência do CONTRATANTE, na continuidade dos mesmos, quando então, aplicar-se-ão as penalidades pertinentes;

13.1.4 Deixar de recolher ou integralizar as cauções ou demais garantias, bem como não pagar as multas nos prazos fixados;

13.1.5 Deixar de utilizar os equipamentos de proteção individual e equipamentos de proteção coletiva (EPI e EPC).

13.2 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o IFRO poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à Contratada, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

13.3 Poderá a CONTRATADA ainda responder por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do artigo 416, do Código Civil;

13.4 Pela inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, a Secretaria Executiva poderá, ainda, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, conforme o caso, a saber:

13.4.1 Advertência

13.4.1.1 É o aviso por escrito, emitido quando a Contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido pelo Gestor/Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o contrato, nos seguintes casos:

- a) Quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao cronograma físico aprovado, não justificado pela Contratada;

b) Quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

c) Nas hipóteses de má execução da obra ou de fornecimento irregular de equipamento e/ou materiais não atendendo ao previsto neste Termo de Referência.

13.4.2 Multa

13.4.2.1 É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas do IFRO, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- Nos casos de atrasos:

a) 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato, a partir do 2º dia de atraso até o 20º; a partir do 21º dia de atraso será considerado motivo para a rescisão contratual

b) 10% (Dez por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de entrega objeto da licitação, sem prejuízo na aplicação das alíneas “a”;

- No caso de Subcontratação não autorizada

15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, em caso de subcontratação não autorizada pelo IFRO.

- Nos casos de recusa ou inexecução:

a) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo IFRO ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

- A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à Contratada a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

a) Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

b) Mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada; e

c) Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

- Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado –

IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo IFRO ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

- Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:
 - a) O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 05 (cinco) dias; e
 - b) A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do contrato, exceto se houver justificado interesse do IFRO em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias.

13.4.3 Suspensão

13.4.3.1 É a sanção que impede temporariamente a Contratada de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da Contratada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I. Por até 5 (Cindo) anos, quando a Contratada:

- a) Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) Praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

II. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

- a) O setor responsável pelas licitações do IFRO, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório;
- b) A autoridade máxima da Instituição, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

13.4.3.2 Pela inexecução total ou parcial da obra, a Contratada, além da perda das cauções e demais garantias prestadas, estará sujeita **multa compensatória de 10 % (dez por cento)** do preço global ora ajustado. As multas moratórias e compensatórias serão autônomas, a aplicação de uma não excluindo a outra, ambas independentes e cumulativas.

13.5 Do Direito de Defesa

13.5.1 É facultado à Contratada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação;

13.5.2 O recurso será dirigido a autoridade máxima da Instituição, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.5.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.5.4 Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, devendo constar:

13.5.4.1 A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.

13.5.4.2 O prazo do impedimento para licitar e contratar;

13.5.4.3 O fundamento legal da sanção aplicada; e

13.5.4.4 O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.5.5 Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção no SICAF, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao sistema em caso de suspensão para licitar.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS LICITANTES

14.1 A licitante deverá apresentar documentação que comprove sua qualificação técnica para execução dos serviços objeto do presente Projeto Básico, conforme descrito a seguir:

14.1.1 Da capacitação técnico-profissional

A Comprovação da capacitação técnico-profissional se dará mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, de acordo com a Resolução nº. 317 de 31 de Outubro de 1986, do CONFEA, e nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	RESP. TÉCNICOS EXIGIDO
1	Obras de Reforma e Adequação do Bloco B e C	ENGENHEIRO CIVIL
2	Obras de Reforma e Adequação do Bloco B e C	ENGENHEIRO ELETRICISTA

- Conforme Resolução nº 1.010/2005 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, legalmente habilitados, com base no Registro de Acervo Técnico – RAT, nos termos do que disciplina o artigo 5º da Resolução nº 317/86 do CONFEA, relativos à execução da obra compatíveis com o objeto da presente licitação.

- "...Conforme Resolução Nº21, De 5 De Abril De 2012 Do Conselho De Arquitetura E Urbanismo Do Brasil Que Dispõe Sobre As Atividades E Atribuições Profissionais Do Arquiteto E Urbanista E Dá Outras Providências."

COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO		
1	Reforma do Bloco C (Salas de Aula)	QUANTIDADES MÍNIMAS
1.1	Recuperação de Piso em Concreto de Alta Resistencia	800,00 m2
1.2	Instalações Elétricas e SPDA	Simple Comprovação

14.1.1.1 Os atestados e/ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente serão aceitos com as respectivas certidões do CREA. Devendo apresentar somente os atestados e/ou certidões necessários e suficientes para a comprovação do exigido, e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.

14.1.2 Da capacitação técnico-operacional

14.1.2.1 Atestado(s) de capacidade técnico-operacional em nome da Licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico do Profissional (CAT), emitida pelo CREA, comprovando que a licitante executou, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis e semelhantes com o objeto desta licitação, e que façam referência às parcelas de maior relevância, de forma clara e precisa, com as seguintes características mínimas:

Obs: Os quantitativos exigidos no quadro acima foram colocados, de forma a não impedir a competitividade entre os participantes, apenas comprovar sua aptidão para execução dos serviços.

14.1.2.1.1 Será admitido o somatório de atestados, limitado ao máximo de 02 (Dois), para comprovar cada item isoladamente. Os atestados poderão ser apresentados da seguinte maneira: Um atestado para cada item exigido ou Atestado que contenha um ou mais itens exigidos.

14.1.2.1.2 Para atendimento das exigências relacionadas acima será permitida a apresentação de tantos atestados quantos forem necessários, desde que atendam aos limites máximos aceitos.

14.1.2.2 As certidões e/ou atestados apresentados deverão conter as seguintes informações básicas: - Nome do contratado e do contratante; - Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço); Localização do serviço; Serviços executados (discriminação).

14.1.2.3 Não são admitidos atestado(s) de fiscalização ou supervisão e/ou coordenação da execução de obras/serviços,

14.1.2.4 Demonstração dos Valores mínimos Exigidos:

a) **1.1 - Recuperação de Piso em Concreto de Alta Resistência; – no mínimo 800 m²**, sendo que a quantidade prevista no orçamento é de 543,72 + 525,00 + 541,81 + 529,11 = **2.139,64 m²**. A licitante deverá, então, comprovar, que executou, em um único ou na soma de dois contratos, o percentual de **37,39 %** da quantidade licitada.

b) **1.2 - Execução de Instalações Elétricas em baixa Tensão** – neste item não foi solicitada quantidade mínima apenas que a licitante comprove que executou objeto semelhante ao licitado, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica com as devidas CAT (Certidão de Acervo Técnico).

15 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15.1 O IFRO efetuará as medições com base no Cronograma Físico-Financeiro da obra, a partir da expedição da ordem de serviço, em até dez dias após o recebimento da comunicação e Planilha da medição, sendo que, aprovados os serviços, a contratada poderá emitir a fatura correspondente, para pagamento nos 30 dias subsequentes.

15.2 As medições das obras e serviços serão feitas a cada 30 dias. As obras e serviços executados e apropriados serão pagos após aprovação da fiscalização do IFRO.

15.3 Independente de nova citação, para todos os preços, sejam eles unitários ou globais, valem as condições seguintes:

15.3.1 Todos os preços incluem a remuneração de mão de obra, inclusive profissionais especializados, instalações, equipamentos, encargos sociais e demais despesas decorrentes da execução dos serviços;

15.3.2 Todos os serviços gráficos, bem como os relatórios e demais documentos técnicos, solicitados pelo IFRO estão incluídos nos preços propostos;

15.3.3 A composição dos preços unitários deverá ser elaborada segundo os critérios de medição e remuneração dos serviços, especificados.

15.3.4 A Contratada deverá elaborar e apresentar ao IFRO o cadastro “Como Construído” ou “as built” de todas as etapas da obra, conforme planilha orçamentária.

15.4 Para os preços valem as seguintes condições:

15.4.1 Incluem os custos e despesas diretos e indiretos, os quais foram considerados para a formação do preço unitário, as condições previstas neste Termo de Referência e Critérios de Medição, constituindo

assim sua única remuneração pelas obras e serviços contratados e executados, não se tratando de remuneração calculada sobre custos variáveis (não previstos anteriormente);

15.4.2 Incluem a remuneração de mão de obra, inclusive profissionais especializados, instalações, equipamentos, encargos sociais e demais despesas decorrentes da execução dos serviços;

15.4.3 Incluem os serviços gráficos, bem como os relatórios e demais documentos técnicos solicitados pelo IFRO.

15.5 Medições dos serviços:

15.5.1 Serão medidas as quantidades dos serviços efetivamente executados no mês, desde que aprovados pela fiscalização do IFRO.

15.5.2 A liberação das medições, para pagamento, não significa aceitação provisória ou final dos serviços. No caso da necessidade de refazimento da obra ou serviço, estes serão de inteira responsabilidade da Contratada, sem ônus para o IFRO.

15.5.3 Os serviços a serem executados deverão seguir rigorosamente o projeto aprovado pelo IFRO, as orientações e metodologias indicadas nos projetos correspondentes a cada tipo de serviço e as normas técnicas vigente na ABNT.

15.6 Pagamentos:

15.6.1 Os valores a serem pagos relativos aos serviços executados, serão calculados conforme os critérios abaixo relacionados:

15.6.1.1 Multiplicando-se as quantidades executadas e medidas, desde que verificadas e aprovadas pela fiscalização do IFRO, pelos preços unitários constantes na Planilha de Quantidades e Preços do contrato.

15.6.1.2 Não caberá nenhum pagamento adicional aos preços contratuais, uma vez que nos mesmos estão incorporadas as particularidades do local e do projeto;

15.6.1.3 Uma vez aprovadas as medições e as faturas correspondentes, estas serão pagas ou creditadas de acordo com a cláusula contratual específica.

15.6.2 Os serviços relativos ao canteiro serão medidos conforme descrito a seguir. A liberação do preço para mobilização e instalação de canteiro deverá ocorrer conforme a aplicação dos seguintes percentuais e da efetivação dos seguintes eventos:

15.6.2.1 Serão pagos parcelas mensais conforme cronograma Físico-Financeiro, mediante a execução dos serviços de limpeza do terreno, movimentos de terra, abertura de valas diversas, a execução das fundações das instalações de canteiro bem como as vedações da área de implantação do mesmo; a execução das edificações e das redes básicas do canteiro como rede de água, esgotos, drenagem, iluminação, luz e força, telefonia e entrega integral das instalações e edificações de canteiro para operação, liberado proporcionalmente aos serviços executados, com avaliações mensais, a critério da Fiscalização, até se completar os 100% do valor proposto;

15.6.2.2 Todas as despesas pré-operacionais à instalação e operação do canteiro definitivo devem estar contempladas no item mobilização e instalação do canteiro a ser ofertada pela Contratada, não cabendo, portanto qualquer tipo de remuneração específica para tais despesas.

15.6.2.3 Ao final da execução das obras e serviços de engenharia do objeto licitado e, após a desmobilização dos escritórios, equipamentos e pessoal, todas as edificações e as benfeitorias do canteiro de obras da Contratada passará a ser de propriedade da Administração Pública.

15.6.2.4 Para liberação do pagamento dos serviços realizados, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

15.6.2.4.1 Na primeira medição:

- a) Carta de solicitação da medição;
- b) Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – ART;
- c) Inscrição da Obra da Seguridade Social – CEI;
- d) Alvará de licença da obra no município de Vilhena/RO;
- e) Comunicação à Diretoria Regional do Trabalho – DRT;
- f) Comprovante de recolhimento do ISSQN da Prefeitura;
- g) Certidão negativa da Fazenda Estadual;
- h) Certidão negativa da Receita Federal;
- i) Certidão da Dívida Ativa da União;
- j) Certidão negativa do INSS;
- k) Certidão negativa municipal;
- l) Certidão de Regularidade do FGTS;
- m) Guia GPS INSS (original / autenticada);
- n) Guia GFIP INSS (original / autenticada);
- o) Certidão Negativa de Débitos Fiscais Trabalhistas – CNDT
- p) Carta de encaminhamento da relação de documentos para medição;
- q) Cópia da carta de solicitação de medição protocolada;
- r) Registro de Ocorrência (Diário de Obras) datado com o período da medição, assinado e carimbado pelos Fiscais da Obra e pelo Responsável Técnico da empresa e gerenciadora (quando houver), com a quantidade de empregados;
- s) Relatório Fotográfico impresso em colorido, demonstrando o estado da obra e serviços executados com legendas, datado de acordo com o período da medição, assinado e carimbado pelos Fiscais da Obra e pelo Responsável Técnico da empresa, compatíveis com os serviços que compõe a medição;
- t) Relatórios de Controle Tecnológico (Concreto, materiais e equipamentos, etc.) caso seja solicitado;
- u) Memórias de cálculo dos quantitativos a serem medidos;
- v) Manuais de operação e manutenção de equipamentos;
- w) Certificados de garantias de materiais e equipamentos;
- x) Boletim de Medição datado com o período da medição, assinado e carimbado pelos Fiscais da Obra e pelo Responsável Técnico da empresa.

15.6.2.4.2 A partir da segunda medição:

- a) Carta de solicitação da medição;

- b) Registro de Ocorrência (Diário de Obras) datado com o período da medição, assinado e carimbado pelos Fiscais da Obra e pelo Responsável Técnico da empresa, com a quantidade de empregados;
- c) Relatório Fotográfico impresso em colorido, demonstrando o estado da obra e serviços executados com legendas, datado de acordo com o período da medição, assinado e carimbado pelos Fiscais da Obra e pelo Responsável Técnico da empresa, compatíveis com os serviços que compõe a medição;
- d) Relatórios de Controle Tecnológico (Concreto, materiais e equipamentos, etc.);
- e) Memórias de cálculo dos quantitativos a serem medidos;
- f) Manuais de operação e manutenção de equipamentos;
- g) Certificados de garantias de materiais e equipamentos;
- h) Boletim de Medição datado com o período da medição, assinado e carimbado pelos Fiscais da Obra e pelo Responsável Técnico da empresa.
- i) Comprovante de recolhimento do ISSQN da Prefeitura;
- j) Certidão negativa da Fazenda Estadual;
- k) Certidão negativa da Receita Federal;
- l) Certidão da Dívida Ativa da União;
- m) Certidão negativa do INSS;
- n) Certidão negativa municipal;
- o) Certidão de Regularidade do FGTS;
- p) Guia GPS INSS (original / autenticada);
- q) Guia GFIP INSS (original / autenticada);
- r) Certidão Negativa de Débitos Fiscais Trabalhistas – CNDT

15.6.2.5 Para fins de liberação e pagamento da 1ª Medição, deverão ser comprovados os recolhimentos dos encargos previdenciários referente à mesma. Tal procedimento se repetirá nas medições subsequentes, até conclusão da obra, ficando vinculada à emissão do Termo de Recebimento Provisório, a aferição de todos os recolhimentos.

15.6.2.6 As medições serão elaboradas mediante avaliações mensais dos serviços executados, com base no cronograma físico-financeiro apresentado, acompanhadas do relatório emitido pela Comissão Fiscalizadora nomeada.

15.6.2.7 As medições serão irrecorríveis pelo período de um ano, conforme legislação vigente.

15.6.2.8 As medições serão processadas e efetuados seus pagamentos até o trigésimo dia da apresentação de cada medição junto à administração do IFRO.

16. DO RECEBIMENTO

16.1 Dos Serviços

O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais servidores do IFRO, nomeada pelo Reitor ou Diretor da Unidade para tal finalidade, acompanhados de Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Termo de Referência e nos Artigos de 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a saber:

No caso do recebimento provisório, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação da CONTRATADA quanto à conclusão dos trabalhos, e no caso de definitivo, dentro do prazo de até 90 (Noventa) dias, a contar do recebimento provisório. Em se dando ao recebimento de caráter provisório, o qual não excederá 15 (quinze) dias, o IFRO poderá exigir os reparos e substituições convenientes ao abatimento do preço, consignando-se os motivos.

16.2 Inspeção e Testes de Recebimento

16.2.1 Os materiais a serem ofertados deverão atender às Normas, Especificações e Métodos de Ensaio da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

16.2.2 O equipamento e/ou material a ser adquirido será recebido, a critério da Contratante, por seus técnicos ou entidades por ela selecionados. O recebimento abrangerá as fases de fabricação, sendo realizados os ensaios preconizados pelas especificações e normas do material.

16.2.3 É facultado à Contratada indicar empresas ou instituições de Controle de Qualidade para a realização dos ensaios.

16.2.4 apresentando então outra para a realização das inspeções e testes. Caso a Contratada não tenha efetuado a indicação facultada no item acima, a Contratante indicará então a agência de inspeção.

16.2.5 As despesas decorrentes das inspeções e testes serão por conta da Contratada.

16.2.6 Deverão ser apresentados, obrigatoriamente, os Relatórios de Inspeções, originados pelos Laboratórios contratados relativos aos equipamentos e materiais, caso contrário não haverá o recebimento dos mesmos. Os Relatórios deverão contemplar a interpretação dos resultados obtidos nos ensaios, em relação aos parâmetros de normas e especificações exigidas neste Termo de Referência, bem como termo conclusivo.

16.2.7 O período de inspeções e testes estará incluído dentro do prazo de entrega.

16.2.8 Em caso de atraso na entrega do material, por problemas de Inspeção Técnica, o qual a Contratada tenha dado causa, não será computado o mesmo, para qualquer efeito de reajustamento de preços. O agendamento das inspeções e testes deverá ser precedido de envio de e-mail por parte da Contratada, com relação dos itens a serem inspecionados (características e quantidades), referente às respectivas ordens de compra e o processo licitatório que deu origem a aquisição.

16.2.9 O transporte, a entrega, o aceite e o recebimento dos materiais cumprirão os requisitos e procedimentos constantes em Norma, inclusive quanto à descarga, conferência, localização interna e forma de armazenamento, em recinto designado pela Contratante no local definido para a entrega;

16.2.10 O recebimento será efetuado provisoriamente por funcionário designado para verificação da quantidade. O recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade e da conformidade dos materiais com as especificações técnicas.

16.2.11 Todo e qualquer dano causado por acidentes na realização dos serviços, onde for comprovada a não observância das Normas de Segurança pertinentes, serão de inteira responsabilidade da Contratada.

16.2.12 A Contratada terá que substituir, em tempo hábil, os materiais eventualmente recusados no recebimento, sendo que os de substituição estarão sujeitos às exigências já estabelecidas. Nesse caso, o prazo para as reposições será estabelecido pela Contratante. O não cumprimento dessa condição conduz às penalidades previstas em Contrato.

16.2.13 A Contratada, antes da aquisição dos materiais/equipamentos solicitará, por escrito, a Contratante a aprovação das especificações de fornecimento e autorização de compra dos mesmos. A Equipe de Fiscalização não aceitará os materiais adquiridos sem a prévia autorização e aprovação da Contratante, ficando a mesma isenta de quaisquer responsabilidades, cabendo a Contratada arcar com o ônus e/ou prejuízos daí decorrentes.

16.2.14 As despesas decorrentes das inspeções e testes serão por conta da Contratada, tais como, passagem aérea, quando fora do Estado, hotel, refeições e taxi nos traslados.

16.3 Aceitação de Materiais e Equipamentos Durante a Execução da Obra

16.3.1 Fica reservado à fiscalização o direito de vetar, a qualquer momento, a utilização de qualquer tipo de material ou equipamento fora da especificação do presente Projeto Básico, não isentando, entretanto, a contratada, da responsabilidade pelos defeitos ou ineficiência de desempenho que os equipamentos ou materiais utilizados venham a apresentar. A não aceitação, pelo IFRO, de qualquer material ou equipamento não dará à contratada direito de prorrogação de prazo.

16.3.2 A licitante vencedora deverá consultar previamente o IFRO, antes do fechamento de seu contrato com os fornecedores de materiais/equipamentos, para obtenção das etapas de aprovação de inspeção para aceite de fornecimento. Tal procedimento deverá ser solicitado à fiscalização, com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência à ocorrência dos eventos acima descritos.

16.4 Recebimento de Equipamentos e/ou Material Durante a Execução da Obra

16.4.1 O objeto do presente Termo de Referência se estiver de acordo com as especificações, será recebido de acordo com a Lei nº. 8.666 de 21/06/93:

16.4.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com as Especificações Técnicas, e

16.4.3 Definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

16.5 Garantia de Serviços, Equipamentos e/ou Material

16.5.1 A garantia e manutenção dos equipamentos e/ou materiais fornecidos compreende os defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, acondicionamento, transporte ou desgaste prematuro, envolvendo, obrigatoriamente, a substituição de peças;

16.5.2 O prazo para a manutenção de todos os materiais fornecidos, a ser efetuada pela Contratada, é de 12 (doze) meses “on-site”, isto é, a manutenção deverá ser prestada no local da Obra na cidade de Vilhena, incluindo a substituição de peças, a contar da data do recebimento definitivo dos materiais;

16.5.3 O prazo máximo para atendimento e solução de problemas é de 30 (trinta) dias úteis a contar da abertura do chamado.

16.6 Assistência Técnica durante a Execução da Obra

16.6.1 A Assistência Técnica indicada ou autorizada deverá possuir técnicos, ferramentas, equipamentos, peças e componentes originais e quaisquer outros equipamentos necessários à boa execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à limpeza, manutenção e conservação dos equipamentos;

16.6.2 Os equipamentos, componentes ou peças de reposição utilizados na manutenção corretiva serão novos e de primeiro uso;

16.6.3 A Contratada disponibilizará ao Contratante meios de contato (telefone, "e-mail", fac-símile e outros) visando receber os chamados técnicos para prestar os eventuais serviços de suporte;

16.6.4 O prazo de reparação para a manutenção em garantia, quando acionada, deverá ser de no máximo de 30 dias;

16.6.5 Na comunicação feita pelo Contratante à Contratada ou Assistência Técnica indicada, serão fornecidas as seguintes informações para a abertura do chamado técnico:

- 16.6.5.1 Registro patrimonial;
- 16.6.5.2 Número de série;
- 16.6.5.3 Anormalidade observada, e
- 16.6.5.4 Localização.

16.6.6 Substituição definitiva do material nos seguintes casos:

16.6.6.1 No caso de inviabilidade técnica ou econômica do reparo do material, a Contratada deverá promover a sua substituição em caráter definitivo por outro de mesmas características técnicas e em perfeito estado de funcionamento, sem que isto implique ônus adicional para a Contratante, e

16.6.6.2 A substituição definitiva será admitida a critério da Contratante, após prévia avaliação técnica quanto às condições de uso do material ofertado, em relação àquele a ser substituído.

16.7 Documentação

16.7.1 As características dos materiais e/ou equipamentos, a serem fornecidos quando da execução da obra, deverão estar perfeitamente esclarecidas nos documentos apresentados pela Contratada.

16.7.2 Serão aceitos os documentos a seguir relacionados, como formas de comprovação, os quais deverão acompanhar a proposta:

16.7.2.1 Catálogos, prospectos, folhetos, manuais e outros documentos emitidos pelo fabricante, em original ou cópia autenticada, não o sendo aceitos documentos impressos de qualquer natureza produzidos com a finalidade específica de possibilitar e qualificar tecnicamente a proposta da licitante;

16.7.2.2 Certificados expedidos por órgãos como ABNT, acompanhados da devida tradução juramentada se os mesmos não estiverem em português.

16.7.2.3 Documento oficial emitido pelo fabricante do equipamento para os casos onde não seja possível a comprovação das características técnicas por meio dos documentos antes relacionados;

16.7.3 Declarações (indicar a respectiva razão social, CNPJ e endereço completo):

16.7.3.1 Do fabricante de que a Contratada é sua revenda autorizada ou empresa habilitada a comercializar os produtos cotados, estando, ainda, ciente e solidário com todos os termos e condições da proposta apresentada, em especial, ao que diz respeito à garantia e prazo de entrega do objeto da licitação, e

16.7.3.2 Da Contratada de que é o fabricante, revenda, distribuidora autorizada do fabricante ou empresa autorizada a comercializar.

16.7.4 A Contratante terá um prazo de 30 (trinta) dias para conclusão das análises através da equipe de recebimento/fiscalização dos materiais. Sendo esta equipe composta por no mínimo 1 (um) servidor do IFRO.

17. DO REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

17.1. Os preços contratuais, em reais, poderão ser reajustados pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC, utilizado para obras de Construção Civil, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, após decorrido 01(um) ano do mês base da proposta, que deverá ser o mesmo do orçamento preestabelecido, nos termos do art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192, de 14/02/01, sendo o índice inicial referente ao mês do Orçamento base da proposta.

17.2. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da contratada conforme cronograma físico-financeiro aprovado pelo IFRO.

17.3. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{I_i - I_o}{I_o} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

Io = Índice de preço verificado no mês do orçamento

Ii = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

17.4 Os critérios para correção monetária, serão os estabelecidos na Lei Nº. 10.192 de 14 de fevereiro de 2001.

17.5 Os índices serão aqueles apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas para o setor da Construção Civil, em vigor, ou, em caso de sua eventual extinção será adotado aquele oficialmente aplicado para o setor e que resulte em maior viabilidade econômica para a Administração.

17.6 Para itens de contrato que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens deverão ser desmembrados passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. A subcontratação para alguns serviços da obra será permitida, mediante prévia e expressa autorização do IFRO, no limite de 30% (Trinta por cento) do valor Global das obras.

18.2. A subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica em co-responsabilidade do IFRO ou de seus agentes e prepostos, em consonância com os artigos 69 e 70 da Lei Nº.8.666/93.

18.3. O IFRO se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados por meio da subcontratação em desacordo com o estipulado nos documentos contratuais e nas normas e especificações.

18.4. A empresa subcontratada deverá utilizar uniforme e EPI's idênticos aos da contratada, devendo obedecer as mesmas regras quanto a serviços e sinalização de trechos.

18.5. A Contratada deverá apresentar a documentação (Certificado de Acervo Técnico – CAT) da empresa subcontratada que comprove a qualificação técnica operacional e profissional para realizar o(s) serviço(s) subcontratado(s).

19. PROPRIEDADE DA INFORMAÇÃO

19.1. As informações relativas ao presente Termo de Referência e demais Documentos não serão duplicadas nem mesmo utilizadas pela Contratada, total ou parcialmente, para qualquer outro objetivo que não seja indispensável à consecução das obras e serviços por ela executados, sem sua prévia autorização pelo IFRO, por escrito.

20. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

20.1 O projeto Básico/Executivo deverá ser implantado observando alguns critérios de sustentabilidade, conforme segue:

20.1.1 Os serviços envolvidos nesta contratação devem considerar critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº. 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos). Todos os processos envolvidos na execução desse objeto devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

20.1.2 Deverão ser observados, na execução dos serviços, os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, que trata a Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010 e demais normas impostas pela legislação vigente, no que couber;

20.1.3 Que os insumos a serem utilizados sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

20.1.4 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

20.1.5 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres defenil-polibromados (PBDes).

20.1.6 Que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

20.1.7 Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

20.1.8 Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

20.1.9 Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

20.1.10 Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

20.1.11 A comprovação do disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010, no que couber à contratação em tela, poderá ser feita, mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o serviço prestado cumpre com as exigências deste edital.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O IFRO tem a prerrogativa de aferir a capacidade técnica operacional da empresa por meio de uma vistoria às instalações físicas a fim de comprovar as condições operacionais e a existência física da mesma.

21.2 O Alvará de Construção é um documento emitido pelas Prefeituras Municipais, que dão o direito de iniciar a obra. Para retirada do mesmo é necessária a apresentação dos projetos e ARTs de elaboração dos mesmos além da apresentação da ART do engenheiro responsável pela execução da obra. A execução da obra é de responsabilidade da empresa que será contratada pelo IFRO, após processo licitatório. Sendo assim não é possível obter o Alvará de Construção antes da contratação da empresa especializada para execução da obra;

21.3 Fica entendido que os projetos, as planilhas de serviços e especificações e toda a documentação da Licitação, são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será válido.

21.4 Os casos omissos serão resolvidos à Luz da Legislação de Regência, dos princípios gerais do direito e demais legislação aplicada, conforme Art. 55 Inciso XII;

Tributos e outras incidências legais

21.7 Toda e qualquer isenção, reconhecimento de não incidência ou de imunidade, redução de alíquota ou desoneração de impostos, taxas e quaisquer outras obrigações legais, de natureza tributária ou não, incidentes sobre os materiais e equipamentos, serviços, folha de pagamento ou quaisquer insumos, e que reduzam os custos ou despesas inicialmente previstas, reverterão em favor da Contratante.

21.8 As obrigações legais recolhidas mensalmente deverão ser discriminadas em relatório contendo as alíquotas, base de cálculo, base legal e memórias de cálculo e datas de vencimento e pagamento, com totalização dos valores recolhidos, instruído com as guias de recolhimento.

Direitos de terceiros

21.9 Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como por violação dos mesmos, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da contratada que deverá responder pelos mesmos e defender o IFRO, em juízo ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto.

Porto Velho, 24 de Agosto de 2016.

Luiz Gustavo Veiga de Vargas

Engenheiro Civil – CREA 1983 D/RO
Instituto Federal de Rondônia – IFRO
Mat. SIAPE nº. 2713997

Por todo o exposto propomos a aprovação do presente Termo de Referência, visando posterior contratação de empresa especializada para a realização dos serviços.

DE ACORDO,

_____ de _____ de 2016.

Autorizo o prosseguimento do presente processo na forma apresentada neste Termo de Referência.

Encaminhe-se ao Coordenação de Compras e Licitação, para continuidade deste Processo.